

ALTERAÇÕES DA IFRS 16 NAS OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL: ESTADO DA ARTE E POSSIBILIDADE DE PESQUISA

André Yuri Martins Araujo
Elise Soerger Zaro

RESUMO

Com o avanço da notoriedade pela apresentação da informação contábil de qualidade, este estudo buscou analisar a literatura acadêmica quanto ao impacto da adoção da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 16 *Leases* no cenário mundial dos negócios, assim como, observar a metodologia utilizada e investigar possíveis temas para pesquisas futuras. Foi feita uma revisão sistemática em revistas de contabilidade em nível internacional, utilizando a base de dados *Scopus* para reunir artigos publicados durante qualquer período disponível, totalizando 9 estudos observados. Identificaram-se evidências que haveria impacto significativo nas principais métricas financeiras e em políticas de contratos de arrendamento, possibilitando a diminuição de assimetria de informação. Vale ressaltar que o impacto é positivo ou negativo dependendo do setor econômico, do tipo e do país onde se situa uma empresa. Ainda, o uso do método de Capitalização Construtiva foi o mais observado, dentre os artigos encontrados, para interação com a amostra.

Palavras-chave: IFRS 16, revisão de literatura, qualidade da informação contábil, impacto econômico.

1. INTRODUÇÃO

O contrato de arrendamento mercantil ou *Leasing* é uma operação na qual uma entidade ou indivíduo adquire o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, através da celebração de um contrato, com a intenção de gerar benefícios econômicos futuros, em troca de contraprestação durante período de tempo predeterminado (CPC 06 R2). Com o tempo, foi se tornando um importante instrumento de financiamento no mundo dos negócios, alternativo a vários tipos de categorias, como exemplo o aluguel ou o empréstimo (Ron van Kints & Louis Spoor, 2019).

A operação de *leasing* prevê que o proprietário do item ou o arrendador vai manter a propriedade jurídica do bem até o fim do contrato, mas o controle do item será gozado pelo arrendatário, sendo assim, esse último vai ter os riscos e benefícios relativos ao bem. A partir do conceito de ativo, apresentado pelo CPC 00 (Conceptual Framework of IASB), é um recurso controlado pela entidade resultado de eventos passados do qual se esperam que fluam futuros benefícios econômicos, sendo assim esse item se enquadra na definição de ativo para o arrendatário.

Esse tópico gerou uma extensa discussão entre os normatizadores, o IASB (*International Accounting Standards Board*) juntamente com o FASB (*Financial Accounting Standards Board*) realizaram um projeto conjunto sobre a contabilidade de arrendamentos que perduraram dez anos, o qual tinha como objetivo adequar a então Norma contábil vigente IAS 17 na melhor forma de atender as necessidades demandadas por seus usuários, no que tange ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação (Veverková, 2019).

A IAS 17 previa duas subdivisões, sendo elas a classificação financeira e a operacional. (Giner & Pardo, 2018) interpretam a principal diferença entre essas duas classificações sob o olhar da transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado para o arrendatário. Caso tal transferência ocorra, este arrendamento é classificado como financeiro, caso não haja, é considerado arrendamento operacional.

A diferença entre os dois modelos de arrendamento gerou insatisfação nos usuários das demonstrações financeiras, pois atrapalhava análises necessárias de comparabilidade tendo por intuito melhorar a tomada de decisão e representar de melhor forma a situação patrimonial da entidade (Veverková, 2019) adicionalmente, existiam itens classificados como arrendamento operacional que eram controlados fora do balanço, ou seja, os contratos celebrados pela empresa não eram representados no passivo (PWC, 2016),

No período de vigência da IAS 17, a norma exigia que as entidades apresentassem os arrendamentos financeiros junto ao balanço patrimonial (na forma de direito de propriedade e obrigação de pagamento), enquanto os arrendamentos operacionais eram apresentados como despesas operacionais na demonstração de resultado, tendo suas características observadas apenas nas notas explicativas às demonstrações financeiras (Giner et al., 2019).

Após a aceitação da atualização da IAS 17, no ano de 2016 o IASB publicou a IFRS 16 *Leases*, mantendo grande parte da norma inalterada, contudo sua principal mudança aconteceu nos arrendamentos operacionais. Estes passaram a serem reconhecidos também como ativos de direito de uso no balanço patrimonial, de igual forma ao arrendamento financeiro, deixando de serem tratados como despesas na demonstração de resultado (Veverková, 2019). A alteração feita pela IFRS 16, de acordo com (Ron van Kints & Louis Spoor, 2019), podem dificultar a obtenção de capital de determinadas empresas, assim como, dispõem sobre a possibilidade de consequências aos *covenants* de dívida, contratos de remuneração, cálculos de EBITDA e, também, na revisão dos valores históricos pensando em futuras comparações pelos usuários. (Pardo & Giner, 2018) apresentam que, apesar do efeito nas dívidas e em contratos de remuneração, a nova característica tem potencial para melhorar a tomada de decisão dos investidores e demais usuários das demonstrações financeiras. Ainda,

em face ao impacto nos demonstrativos, muitas empresas mantêm posição crítica à alteração da normativa, uma vez que, poderá aumentar o tamanho de seus passivos e de possíveis prejuízos, diminuindo a atratividade no mercado (Giner & Pardo, 2018).

Em razão disso, o presente estudo tem por objetivo analisar e apresentar a literatura acadêmica quanto ao o impacto das mudanças advindas pela IFRS 16 no cenário do mundo dos negócios e nos demonstrativos financeiros das empresas, através de uma revisão sistemática da literatura disponível, assim como, observar a metodologia utilizada para desenvolvimento dos estudos e apresentar possíveis temas para pesquisas futuras na área de contabilidade. Além do mais, este estudo tem sua contribuição aos leitores em virtude da identificação de bibliografias que demonstram exemplos práticos da aplicação da nova Norma contábil em empresas de diversos países, assim como, os efeitos relacionados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É evidente que as atualizações nas normativas contábeis trouxeram bastante atenção do mundo para as operações de Leasing e seu desencadeamento futuro nos cenários econômicos. Estima-se que, no ano de 2016, cerca de US\$ 3.3 trilhões correspondem a compromissos de pagamento envolvendo Leasing em empresas cotadas que utilizam as normas IFRS ou US GAAP, sendo quase 85% desse valor apresentado de forma extrapatrimonial, uma vez que, ainda existia a separação entre Leasing financeiro e operacional na referida data, sendo o último possível ser apresentado apenas nas demonstrações de resultado (IASB, 2016). Anos antes, em 2003, os EUA emitiram um relatório no qual 63% das empresas listadas já apresentavam arrendamentos operacionais, sugerindo que a estrutura de transações financeiras extrapatrimoniais já deveria ser discutida, devida sua complexidade e subjetividade (Giner et al., 2019). Com isso, ao passo que a contabilização de Leasing operacional não agrava os índices de endividamento e tendem a aumentar a lucratividade, entidades pelo mundo estruturavam contratos de arrendamento configurados fora do balanço de forma intencional, motivados pela boa visibilidade da empresa no mercado e por diversas agências que desenvolviam modelos de contratos extrapatrimoniais (Pardo & Giner, 2018). Essa situação colocou em cheque a divulgação extrapatrimonial com a ciência ou não dos usuários das demonstrações financeiras, pois a grande questão era se os ajustes feitos pelas empresas para preferirem contratos de Leasing operacional fossem observados pelos usuários, a fim de que estes pudessem tomar melhor decisão baseando-se em informações contábeis fidedignas.

A norma contábil de Leasing delongou 10 anos para que houvesse consenso entre seus normatizadores sobre sua alteração. Somente no ano de 2016 que os dois

grandes órgãos IASB e FASB emitiram a alteração na norma, respectivamente a IFRS 16 e a ASU 842, atendendo os anos de discussão, estipulando que a maioria das operações de Leasing fosse capitalizada no balanço patrimonial, apesar de haver diferença entre as duas publicações emitidas (Zhang & Liu, 2020). Até então, as normas que norteavam o Leasing no globo eram a IAS 17 e a ASC Tópico 840, nessa ordem, regulamentadas pelo antigo órgão IASC e pelo FASB (Pardo & Giner, 2018).

Na busca por implementar uma nova norma contábil com êxito, os órgãos normatizadores necessitam seguir uma sequência de etapas e publicar, ao menos, um *discussion paper* (DP) e um *exposure drafts* (ED), que são, respectivamente, documento de discussão e rascunho de exposição. Ainda, é necessário que tais documentos sejam submetidos à análise pública, para receber comentários, e à análise dos efeitos esperados pela mudança do padrão (Giner & Pardo, 2018). No caso do Leasing, de forma não habitual, foi necessária a emissão de dois EDs (o primeiro feito no ano de 2010 e o segundo em 2013), após o PD previamente disposto, além da chegada de mais de 1700 cartas de comentários feitos pelo público, número acima do normal em comparação a normas anteriores (Pardo & Giner, 2018). Em 2009, foi publicado em conjunto o PD propondo um novo modelo contábil removendo a diferença entre Leasing financeiro e operacional; em 2010, o primeiro ED foi emitido seguindo a abordagem do PD, porém excluindo a opção de compra e inserindo a não necessidade de atualizar pagamentos de arrendamentos no curto prazo; em 2013, o segundo ED foi emitido se diferenciando bastante do anterior, sendo mais relevante a introdução de um modelo duplo, sendo o tipo A, quando se consumir de forma significativa os benefícios econômicos inerentes ao ativo, ou tipo B, quando não há significância de valor dos benefícios (Giner & Pardo, 2018). Ainda, as autoras realçam que o IASB se manteve fiel ao PD e ao ED 2010, cogitando que os contratos de Leasing devem ser capitalizados e reconhecem despesa de juros decrescente e despesa de depreciação do ativo constante. Enquanto, o FASB se adequou ao ED 2013, diferenciando os arrendamentos com base nos benefícios esperados pela utilização do ativo, apesar de também concordar com a capitalização do Leasing no balanço patrimonial (Pardo & Giner, 2018).

Com a publicação das alterações nas normas, ficou datada para 1º de Janeiro de 2019 a obrigação de todas as empresas, vinculadas ao IASB e FASB, aplicarem em suas demonstrações financeiras a IFRS 16 ou ASU 842, com o possível adiantamento dessa data para entidades que adotaram a IFRS 15 (Veverková, 2019). Este marco abre novos horizontes para serem observados, uma vez que, o fornecimento e as características de informações relevantes para tomada de decisão melhoram o conhecimento e a capacidade de um indivíduo expressar melhores escolhas e julgamentos (Ron van Kints & Louis Spoor, 2019).

3. METODOLOGIA

Com o propósito de atender com êxito ao objetivo de pesquisa, este trabalho explorou o escopo da literatura existente, realizando uma revisão sistemática de literatura. De acordo com alguns estudos, tais como (Delbufalo, 2012), (Sivarajah et al., 2017) e (Tranfield et al., 2003) a revisão sistemática de literatura é compreendida como uma metodologia de pesquisa organizada, transparente e replicável para analisar a literatura existente na temática desejada, a fim de determinar lacunas de pesquisa dentro das pesquisas realizadas para propor áreas novas para atividade de pesquisa, assim como, traçar referências para auxiliar na trajetória de pesquisas atuais e possíveis temas de pesquisa. Sendo assim, a revisão proposta nesse artigo fornece uma visão internacional quanto ao atual debate acadêmico sobre a norma contábil vigente IFRS 16.

As fases metodológicas implementadas são divididas em três, sendo a primeira fase responsável por definir o objetivo e o objeto de pesquisa e desenvolvendo o protocolo de revisão. A segunda fase conduz o processo de revisão identificando, selecionando, avaliando e sintetizando os estudos pertinentes. A última fase desenvolve o relato descritivo dos resultados e o relato temático dos artigos (Sivarajah et al., 2017). Na primeira fase, para desenvolver o protocolo de revisão e para ser adequado ao foco deste estudo, são aplicadas as seguintes condições:

- a) Para coletar pesquisas internacionais sobre o tema desejado de forma confiável, foi escolhido o banco de dados Scopus.
- b) Para investigar o debate acadêmico, todos os artigos publicados serão considerados.
- c) A pesquisa contempla estudos publicados em periódicos de qualquer período.
- d) A pesquisa inclui artigos pertencentes a qualquer disciplina acadêmica relacionada às IFRS 16.
- e) Para garantir o êxito na seleção de artigos é considerada como palavra-chave a expressão “IFRS 16”. Sendo assim, todos os estudos que contenham no título a expressão desejada ou algo semelhante, ou divulgando algum link direto para o IFRS 16.
- f) Foi assegurado que os estudos selecionados não fossem somente empíricos, mas também os conceituais.
- g) A adequação final dos artigos foi concluída pela leitura dos textos por completo, possibilitando uma perspectiva essencial da pesquisa e dados empíricos satisfatórios.

Na segunda fase se observa diferentes estágios do processo de busca no banco de dados (Delbufalo, 2012). Inicialmente, palavras-chave foram inseridas no banco de dados Scopus seguindo as condições predisposta na alínea b, c e d. Neste momento, a busca resultou em 18 publicações em todo o mundo. O título, o resumo e o corpo do

artigo foram conduzidos pelas alíneas e e f, proporcionando uma amostra contendo 17 estudos. Uma posterior investigação foi aplicada aos artigos restantes seguindo os enunciados da alínea e e g, resultando numa amostra final contendo 9 artigos de periódicos.

Seguindo com o processo metodológico, foi utilizada uma planilha para sustentar uma análise manual de cada artigo da amostra final com objetivo de proporcionar dados em conjunto sobre as características de tais artigos. Devido a isso, passa-se à fase 3, na qual são relatados os resultados gerais da investigação descritiva sobre as seguintes informações: autor (es); título do artigo; ano de publicação; título de origem; volume e edição; issue; art. No.; página inicial; página final; contagem de páginas; número de citações do artigo; DOI; link; tipo do documento; fase de publicação; tipo de acesso; fonte; e EID. Com intuito de aprofundarem o conhecimento quanto ao debate acadêmico sobre IFRS 16, foi coletado em cada artigo informações sobre: objetivos; resultados; teoria; amostra; segmento econômico da amostra; país da amostra; método (qualitativo ou quantitativo); método de pesquisa; valor independente (em todos os artigos, correspondendo a IFRS 16); e valor dependente.

4. CONSTATAÇÕES

Os resultados encontrados apontam, inicialmente, a localização geográfica no cenário mundial do pensamento acadêmico vide a atualização normativa IFRS 16. Após, a identificação dos setores econômicos de cada item da amostra. Por fim, a apresentação dos trabalhos com citações e a segregação dos artigos de acordo com o tipo de análise utilizado nas demonstrações contábeis.

4.1. IFRS 16 no pensamento acadêmico mundial

A localização geográfica continental da amostra sobre IFRS 16 – *Leases* é segregada de acordo com três critérios, sendo eles: a localização do jornal ou revista (Tabela 1); localização de acordo com a filiação do primeiro autor (Tabela 2); e a localização pelo contexto analisado nos artigos da amostra (Tabela 3). Os resultados da Tabela 1 evidenciam que a Europa é o continente onde concentra-se a maioria dos periódicos que publicam sobre o assunto pesquisado, correspondendo a 66% da amostra com 6 publicações, mostrando ter maior interesse pelo tema abordado. Os continentes América, Ásia e Oceania promoveram a publicação de somente 1 estudo cada durante o período analisado, enquanto nas revistas do continente africano não foi observado publicações. A Tabela 2 apresenta a distribuição geográfica de acordo com a afiliação do primeiro autor. Novamente vemos a Europa com mais observações, totalizando 5 autores, dando destaque à Espanha com 3 autores representando esse

continente. A contagem é seguida pela Ásia com 3 e América com 1 autor. África e Oceania não tiveram autores observados, mesmo havendo publicação em um destes continentes.

Tabela 4.1a - Localização geográfica do periódico					
	África	América	Ásia	Europa	Oceania
2017		1			
2018			1	2	1
2019				3	
2020				1	
Total		1	1	6	1

Tabela 4.1b - Localização geográfica por afiliação dos primeiros autores					
	África	América	Ásia	Europa	Oceania
2017		1			
2018			2	2	
2019				3	
2020			1		
Total		1	3	5	

Para finalizar, a Tabela 3 apresenta o contexto analisado dentro da amostra. Foi observado que 4 cenários são na Europa, 3 são na Ásia e 1 na América. África e Oceania não tiveram seus contextos analisados até o momento. Ainda, é apresentado um contexto interpretado como “fictício”, pois os autores deste artigo, em especial, utilizaram de simulação para quantificar demonstrações contábeis em uma empresa fictícia, na qual não foi expresso qual seria o território de atuação, apenas a atividade econômica exercida também de maneira suposta.

Tabela 4.1c - Localização geográfica do artigo	
Somente África	0
Somente América	1
Somente Ásia	3
Somente Europa	4
Somente Oceania	0
Fictício	1

A Tabela 4 apresenta os setores econômicos utilizados para o desenvolvimento das amostras nos estudos sobre a IFRS 16. Dentre os dados observados, podemos destacar que os estudos manifestam maior análise em múltiplos setores, uma vez que, recolhem dados amostrais advindos de empresas listadas em bolsas de valores, devido maior facilidade de acesso às demonstrações contábeis e financeiras, assim como na variedade de atividades

econômicas dispostas. Adiante, correspondendo setores com apenas um único estudo cada, seguem os setores de energia, hotelaria, transporte aéreo e dragagem.

Setor	Nº de Artigos
Energia	1
Hotelaria	1
Transporte aéreo	1
Dragagem	1
Diversos	5

O Quadro 1 apresenta os estudos que foram citados após sua publicação e a quantidade de citações. Foram observados quatro estudos com uma citação cada. Destaca-se que cada artigo foi publicado em revistas de continentes diferente uma das outras, excluindo o continente africano. Apesar da existência de publicações mais atuais, dos artigos citados, um foi publicado no ano de 2017 e o restante no ano de 2018.

Autores	Ano	Título	Jornal	N.º de Citações
Chatfield, H.K., Chatfield, R.E., Poon, P.	2017	Is the Hospitality Industry Ready for the New Lease Accounting Standards?	Journal of Hospitality Financial Management	1
Pardo, F., Giner, B.	2018	The capitalization of operating leases: Analysis of the impact on the IBEX 35 companies	Intangible Capital	1
Giner, B., Pardo, F.	2018	The Value Relevance of Operating Lease Liabilities: Economic Effects of IFRS 16	Australian Accounting Review	1
Nasip, I., Sudarmaji, E.	2018	Managing tax dispute due to IFRS-16 on the retrofits implementation in Indonesia	International Journal of Engineering and Technology (UAE)	1

4.2. Impacto da IFRS 16 e o uso do método de Capitalização Construtiva para simulação das demonstrações contábeis no desenvolvimento de amostras

Como visto no início deste trabalho, a norma IFRS 16 sofreu alteração no ano de 2016, entretanto as empresas abrangidas por esta norma tiveram a obrigação de divulgar a adequação de suas demonstrações contábeis somente no ano 2019. Esse espaço de tempo abre questionamentos sobre como serão estruturadas as demonstrações das companhias e qual impacto isso pode causar. Com isso, no intuito

de conseguir quantificar as mudanças e os impactos de tais mudanças nos cenários escolhidos, alguns estudos utilizaram de modelos de simulação para alcançar tal objetivo.

A Capitalização Construtiva foi o modelo mais comum encontrado na amostra deste trabalho. Este método calcula os valores de passivo de arrendamento operacional com se fossem arrendamentos financeiros desde o início do contrato, sendo assim, os passivos extrapatrimoniais são mensurados como o valor presente dos pagamentos mínimos futuros divulgado nas notas, produzindo pagamentos de leasing decrescentes (Giner & Pardo, 2018). O Quadro 2 demonstra os estudos que utilizaram o método de capitalização construtiva, totalizando três publicações. Uma característica em comum destes estudos é que todos possuem amostras selecionadas em bolsa de valores, com empresas de diversas atividades econômicas.

Com o objetivo de analisar o impacto da mudança na normativa contábil (Pardo & Giner, 2018) utilizam do método de Capitalização Construtiva para estimar os ativos e passivos não reconhecidos no balanço patrimonial. Logo após a capitalização, foi observado que o montante total de passivos não contabilizados eram de 20 bilhões de euros, apresentando aumento de 4,81% em relação aos passivos reconhecidos. Quanto às métricas financeiras, estas foram afetadas, destacando-se a rotatividade de ativos não correntes, qualidade da dívida, alavancagem e o ROA. Nota-se que nem todas as métricas são reduzidas, ROE e *market-to-book* exemplificam isso. Por fim, foi apontado que o EBITIDA, principalmente em empresas de maior avaliação de mercado e pertencentes ao setor de varejo, foi uma métrica que aumentou.

Com objetivo parecido ao artigo acima (Giner & Pardo, 2018) também utilizam a capitalização construtiva para ajustar demonstrações financeiras de empresas listas da bolsa de valores espanhola. Os resultados sugerem que o mercado analisa as informações sobre arrendamentos operacionais nas notas explicativas, mostrando que países menos desenvolvidos e com *code-law* também analisam itens não reconhecidos, assim como é observado em países de *common-law*, com mercados mais desenvolvidos. Aponta-se que o setor com maior efeito foi o de varejo. Adiante, é observado que a possibilidade de recuperação de arrendamentos não transmitiu coeficientes menores em comparação à exclusão de garantias de um empréstimo.

Complementado pelo método de Monte Carlo, que é um algoritmo computacional baseado em amostragem aleatória repetida, (Giner et al., 2019) também utilizaram a Capitalização Construtiva para refletir o impacto da norma no balanço patrimonial e alcançar os objetivos propostos. Os resultados sugerem que os principais índices financeiros não serão impactados adicionalmente se a estrutura dos contratos de *Leasing* foi mantida, exceto para o ano de implementação da norma. Ao observar 2019, as autoras apontam que a alavancagem e o retorno sobre o patrimônio líquido aumentarão. Contudo, o vencimento e a liquidez do passivo e retorno sobre os

ativos diminuirão. Ao fim, é identificado que a estratégia de reduzir a vida útil de todos os arrendamentos pode suavizar o impacto do novo tratamento contábil.

4.3. Impacto da IFRS 16 e o uso de outros métodos para simulação das demonstrações contábeis no desenvolvimento de amostras

O Quadro 3 também apresenta estudos que utilizaram de métodos de simulação como forma de interagir com a amostra selecionada, buscando alcançar os objetivos de cada estudo. O motivo da segregação entre tais estudos e os estudos do Quadro 2 se dá pelo não uso do método de capitalização construtiva. No Quadro 3 foi investigado a utilização de outros métodos para alcançarem tal objetivo.

Com enfoque em empresas do Cazaquistão, (Nurkasheva et al., 2018) fizeram uma análise secundária, através de uma estimativa de custos e benefícios, dos resultados da pesquisa realizada pelo IASB em 2016 sobre os efeitos da introdução da IFRS 16. Descobriu-se que o passivo e o ativo irão aumentar e, por consequência, os principais indicadores financeiros baseados em ativo e passivo serão alterados. Com sua implementação, a norma contábil podem alterar as políticas, processos, controle e sistemas contábeis que lidam com contratos de arrendamentos, afetando acordos existentes e partes interessadas.

A metodologia usada por (Ron van Kints & Louis Spoor, 2019) consistiu em simular as demonstrações financeiras de uma empresa experimental atuante do setor de dragagem, objetivando avaliar o efeito da alteração na norma de arrendamentos, através da aplicação de questionários a estudantes, exercendo o papel de consultores financeiros. Os resultados indicam que a contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial leva a uma diferença significativa e a um resultado de maior qualidade do processo de tomada de decisão sobre financiamento de investimentos. Sendo assim, apontam que a mudança da norma contábil terá influência positiva significativa na qualidade das tomadas de decisão.

Com objetivo de determinar os efeitos da IFRS 16 (Veverková, 2019) faz a capitalização de ativos e passivos, não registrados até então, de acordo com a nova norma contábil. Após, é determinada a taxa de juros, que representa o custo de empréstimos de uma empresa, e são removidas as despesas de juros implícitas em despesas operacionais para alocar em despesas financeiras. Por fim, são utilizados os índices de rentabilidade, alavancagem e liquidez para alcançarem o objetivo proposto. Os resultados apontam que haverá aumento nos ativos e passivos não circulantes e diminuição do patrimônio líquido. Com a capitalização, as métricas de endividamento terão aumento. Nos índices de rentabilidade, concluiu-se que terão mudanças significativas.

4.4. Impacto da IFRS 16 e estudos desenvolvidos sem o uso de simulação em suas amostras.

No Quadro 4, são observados os estudos que não utilizaram métodos de simulação para o desenvolvimento de suas respectivas amostras. Isso ocorre devido a características únicas de cada artigo que será esmiuçado adiante.

Através da utilização de uma metodologia teórica (Chatfield et al., 2017) buscaram aprimorar fundamentos teóricos de forma não pragmática, na qual discutiu-se as semelhanças e diferenças entre os dois padrões de contabilidade ASU 842 e IFRS 16, observando o impacto nas demonstrações e índices financeiros de empresas estadunidenses do setor de hospitalidade. Os resultados apontam que haverá mudanças desfavoráveis em muitos dos índices financeiros de uma empresa, assim como, ressaltam a preocupação com os custos de empréstimos no setor de hospitalidade, uma vez que não se há uma classificação de crédito. Por fim, afirmam que a mudança da norma será algo demorado e caro.

Para examinar a complexidade da norma contábil e o financiamento de *retrofits* no cenário indonésio (Nasip & Sudarmaji, 2018) usam de questionários semiestruturados, entrevistas e análise de documentos, seguindo os princípios da *Grounded Theory*, realizando uma pesquisa tanto quantitativa quanto qualitativa. Os resultados apontam que os benefícios da implementação do financiamento de *retrofits* superam o custo e a complexidade advindos da mudança para o novo padrão contábil de *Leasing*, sendo assim, a IFRS 16 e a tributação estão sendo consideradas como parte das restrições de negócios que deveriam ser tratados em conjunto.

Por sua vez, (Zhang & Liu, 2020), foi o único estudo que apresentou demonstrações financeiras já com as características determinadas pela nova norma contábil, uma vez que, o estudo foi produzido após o ano de implementação. Os autores utilizam do método de regressão OLS para explicar como as empresas chinesas estatais e não estatais estruturam seus contratos de *Leasing* de acordo com as demandas do mercado. As evidências desse estudo apontam que as empresas estatais chinesas intencionalmente preferem fazer contratos de arrendamento financeiro, diferente dos resultados da literatura anterior apresentada pelos autores. Além disso, a relação com arrendamentos financeiros aumenta os incentivos para aumentar o tamanho de tais empresas, assim como, no aumento dos subsídios e incentivos destinados aos executivos para o aumento de suas imagens. Também, é apontado que empresas com maiores custos de empréstimo tendem a estruturar arrendamentos financeiros. Por fim, descobriu-se que o excesso de arrendamentos financeiros em empresas estatais quando comparadas às não estatais diminuiu de forma significativa após a privatização.

Quadro 4.2 - IFRS 16 - Uso de Simulação em Demonstrações Contábeis pelo método de Capitalização Construtiva

Autores	Ano	Título	Jornal	Objetivo	Resultado	Amostra	Abordagem de Pesquisa	Método
Pardo, F., Giner, B.	2018	The capitalization of operating leases: Analysis of the impact on the IBEX 35 companies	Intangible Capital	Analisar as consequências da mudança nas regras contábeis com a normativa IFRS 16 em empresas não financeiras pertencentes ao IBEX 35.	Os índices estudados são significativamente afetados pela capitalização dos arrendamentos operacionais. Também, as empresas que apresentam maior aumento no EBITDA são as com maior valorização de mercado e pertencentes ao setor de varejo.	Empresas pertencentes ao IBEX 35 em 2014 que divulgaram leases operacionais nas notas explicativas. Foi retirado empresas financeiras e de seguros, restando 20 empresas observadas durante 2010 a 2013.	Quantitativa.	Testes não paramétricos e Regressão multivariado.
Giner, B., Pardo, F.	2018	The Value Relevance of Operating Lease Liabilities: Economic Effects of IFRS 16	Australian Accounting Review	Realizar um estudo de Value Relevance para examinar se os arrendamentos operacionais capitalizados são precificados por usuários de mercado em um cenário relativamente inexplorado.	Os investidores em países de code-law não se comportam diferente de países common-law, sendo assim, há avaliação igual de dívidas reconhecidas e passivos de lease operacional apresentados apenas em notas explicativas nos setores de varejo.	229 observações, após retirar empresas sem dados de mercado, sem leasing nas notas, com valor contábil negativo e com valores extremos de, inicialmente, 132 empresas espanholas pertencentes a Bolsa de Madrid.	Quantitativa.	Panel Data.
Giner, B., Merello, P., Pardo, F.	2019	Assessing the impact of operating lease capitalization with dynamic Monte Carlo simulation	Journal of Business Research	Simular o impacto do IFRS 16 através de previsões, seguindo o método Monte Carlo, durante cinco anos contemplando cinco cenários.	Em 2019 o vencimento da obrigação do passivo, a liquidez e o retorno dos ativos diminuirão, enquanto a alavancagem e o retorno sobre PL aumentarão. Contudo, não há mudança substancial nos números após 2019.	Empresas pertencentes ao STOXX All Europe 100 retirado 28 empresas do setor financeiro, durante os anos de 2011 a 2015. Totalizando assim 357 observações.	Quantitativa.	Monte Carlo Simulation.

Quadro 4.3 - IFRS 16 - Uso de Simulação em Demonstrações Contábeis por demais métodos

Autores	Ano	Título	Jornal	Objetivo	Resultado	Amostra	Abordagem de Pesquisa	Método
Nurkasheva, N.S., Dosmanbetova, A.S., Zharylkasynova, M.Z.	2018	Impact of lease accounting according to international financial reporting standards on the indicators of financial statements in Kazakhstan	Journal of Applied Economic Sciences	Estudar o grau de impacto da IFRS 16 nos principais indicadores financeiros, aplicando as normas internacionais de contabilidade e cobrir questões importantes durante a preparação para adoção a norma.	O reconhecimento do <i>Leasing</i> operacional ocorrerá no balanço patrimonial, causando impactos nos indicadores financeiros. Ainda, a mudança mais notável dos indicadores ocorrerá em empresas do setor de varejo e aéreo, ao mesmo tempo, aumentará a compatibilidade dos dados das demonstrações financeiras e poderá influenciar operações de crédito e empréstimos.	Empresas situadas no Cazaquistão, não especificadas numericamente.	Qualitativa.	Estimativa.
Ron van Kints, R.E.G.A., Louis Spoor, L.L	2018	Leases on balance a level playing field?	Advances in Accounting	Examinar se as mudanças trazidas pela IFRS 16 possuem efeito positivo no que tange a tomada de decisão pelas partes interessadas e na apresentação da posição financeira e nos resultados das empresas elencadas.	Sugerem que o tratamento contábil da IFRS 16 contribui para a qualidade, mas não necessariamente, para a facilidade de tomar decisões de financiamento de investimentos.	46 estudantes de mestrado executivo em finanças e controle (EMFC) avaliando investimentos em uma empresa de dragagem.	Qualitativa.	Experimento de laboratório e questionários.
Veverková, A.	2019	IFRS 16 and its impacts on aviation industry	Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis	Busca quantificar o impacto da IFRS 16 em itens das demonstrações financeiras de quinze companhias aéreas europeias e, também, buscar comparar os resultados com os de estudos de casos anteriores.	A capitalização de arrendamentos conforme a IFRS 16 terá impacto significativo nos números relatados no balanço patrimonial e demonstração de resultados, assim como, terá mudanças significativas nos índices de retorno e alavancagem.	Demonstrações financeiras de 15 companhias aéreas da Europa no período entre 2010 e 2016.	Quantitativa.	Análise descritiva e Estimativa.

Quadro 4.4 - IFRS 16 - em Demonstrações Contábeis

Autores	Ano	Título	Jornal	Objetivo	Resultado	Amostra	Abordagem de Pesquisa	Método
Chatfield, H.K., Chatfield, R.E., Poon, P.	2017	Is the Hospitality Industry Ready for the New Lease Accounting Standards?	Journal of Hospitality Financial Management	Analisar o impacto das mudanças contábeis, apresentadas pela ASU 842 e IFRS 16, em empresas do setor de hospitalidade.	No ano de 2015, cerca de 51% do ativo das empresas da amostra utilizam Leasing operacional em suas operações. O impacto desfavorável esperado nos índices de dívida e na cobertura de juros de um arrendatário pode afetar as taxas de empréstimos e os acordos de dívida.	Empresas do setor de hospitalidade nos EUA, não especificadas numericamente.	Qualitativa.	Teórico.
Nasip, I., Sudarmaji, E.	2018	Managing tax dispute due to IFRS-16 on the retrofits implementation in Indonesia	International Journal of Engineering and Technology (UAE)	Explorar os impactos de provisões específicas devido a implementação de retrofits na Indonésia com a adoção da IFRS 16, além de explorar as consequências não intencionais dadas pelo órgão regulador da contabilidade da Indonésia.	Os benefícios da implementação do financiamento de retrofits superam o custo e a complexidade apresentados com os novos padrões contábeis, tal quanto o impacto do IFRS 16 e a tributação são consideradas como parte das restrições de negócios, devendo ser tratadas em conjunto.	Indivíduos de nível superior relacionado a projetos de retrofits. Não especificado numericamente.	Quantitativa e Qualitativa.	Grounded Theory e triangulação dos resultados de estudo comparativos e pesquisa por questionário.
Zhang, S., Liu, C.	2020	State ownership and the structuring of lease arrangements	Journal of Corporate Finance	Explicar como as empresas estatais chinesas estruturam seus arrendamentos de acordo com as preferências do mercado e conforme a mudança na normativa contábil, em comparação com as empresas não estatais.	As empresas estatais utilizam mais o Leasing financeiro do que o operacional, em comparação às não estatais. O leasing financeiro é preferível pelos executivos das estatais em razão de incentivos para o aumento da grandeza das empresas. Em conjunto, é observado que o benefício do ASU 842/IFRS16 pode ser prejudicado em situações em que os executivos possuem tais incentivos.	Divulgações de lease nos relatórios anuais de empresas não financeiras listadas no Chinese A-share Market entre 2001 e 2016. Inicialmente inclui-se 862 empresas e, após excluir os valores ausentes, obtêm-se 757 firmas (2697 observações por ano) sendo 368 estatais e 389 não estatais.	Quantitativa.	OLS method.

OBSERVAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

A nova norma contábil de Leasing incorporará todos os ativos e passivos de arrendamento para dentro do balanço patrimonial, o que gerou grande repercussão e dúvidas sobre como seria a qualidade dos efeitos significativos adquiridos pela mudança. Métricas financeiras e políticas de contratos, tais como, índices de endividamento e cláusulas de contrato de arrendamento, são exemplos de itens que os usuários das demonstrações contábeis ficam em alerta quanto às possíveis mudanças, tanto positivas quanto negativas.

Este artigo buscou analisar a literatura acadêmica sobre o aspecto do impacto da norma contábil internacional IFRS 16, em substituição à norma IAS 17, no cenário mundial dos negócios. Assim como, descrever as características dos estudos encontrados sob a ótica de localidade, métodos e resultados encontrados. Devido à alteração na norma contábil ter ocorrido há pouco tempo, não foi possível observar uma quantidade grande de estudos, o que remeteu a uma amostra limitada.

O continente europeu se destaca nas produções quando se observa a quantidade, tanto nas revistas que publicaram estudos sobre o tema em questão quanto nos autores e cenários desenvolvidos ou observados. Contudo, o continente asiático também aparece como potencial publicador de artigos sobre o tema, assim como na observação de cenários asiáticos. Quanto aos passivos e ativos de arrendamento, foi observado que o método mais usado para capitalizar e adequar os dados amostrais com a nova norma foi o método de Capitalização Construtiva.

Neste momento, possuímos as primeiras informações contendo as alterações da IFRS 16 e, assim, possibilita a análise dos impactos da aplicação da norma observando dados reais, diferentemente dos estudos anteriores que se basearam em dados projetados. É possível analisar se houve redução na assimetria de informação, impacto na acurácia dos analistas, se houve *Value Relevance* das informações divulgadas.

Para concluir, este estudo chama a atenção para as pesquisas futuras sobre o tema abordado. A qualidade da informação é de suma importância para a boa comunicação entre usuários das demonstrações contábeis no globo. Sendo assim, com base nas mudanças implementadas em 2019, as operações de arrendamentos trazem segurança e relevância aos usuários para melhor tomada de decisão? Também é notório que determinados setores econômicos são mais afetados pela mudança normativa, isso ocorre somente pelo uso extrapatrimonial de arrendamentos operacionais? Os efeitos também variam de país para país ou de continente para continente, quais possibilidades poderiam ser adotadas para que cenários menos desenvolvidos pudessem se igualar a cenários desenvolvidos quando observado o custo de implementação e a qualidade da informação? Estudos que buscam responder

essas e outras questões são de suma importância para a comunidade acadêmica e ao mercado, pois possibilita que as normas internacionais, mesmo cientes das diferenças territoriais, podem ser ajustadas para que haja um padrão de comunicação e uniformidade com a contabilidade.

REFERÊNCIAS

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), 2017. CPC – 06 (R2). Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>> Acesso em 19 Jun. 2020.
- Chatfield, H. K., Chatfield, R. E., & Poon, P. (2017). Is the Hospitality Industry Ready for the New Lease Accounting Standards? *Journal of Hospitality Financial Management*, 25(2), 101–111. <https://doi.org/10.1080/10913211.2017.1398955>
- Delbufalo, E. (2012). Outcomes of inter-organizational trust in supply chain relationships: A systematic literature review and a meta-analysis of the empirical evidence. *Supply Chain Management*, 17(4), 377–402. <https://doi.org/10.1108/13598541211246549>
- Giner, B., Merello, P., & Pardo, F. (2019). Assessing the impact of operating lease capitalization with dynamic Monte Carlo simulation. *Journal of Business Research*, 101(June 2018), 836–845. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.11.049>
- Giner, B., & Pardo, F. (2018). The Value Relevance of Operating Lease Liabilities: Economic Effects of IFRS 16. *Australian Accounting Review*, 28(4), 496–511. <https://doi.org/10.1111/auar.12233>
- Nasip, I., & Sudarmaji, E. (2018). Managing tax dispute due to IFRS-16 on the retrofits implementation in Indonesia. *International Journal of Engineering and Technology(UAE)*, 7(3), 200–208. <https://doi.org/10.14419/ijet.v7i3.21.17160>
- Nurkasheva, N. S., Dosmanbetova, A. S., & Zharylkasinova, M. Z. (2018). Impact of lease accounting according to international financial reporting standards on the indicators of financial statements in Kazakhstan. *Journal of Applied Economic Sciences*, 13(4), 979–986.
- Pardo, F., & Giner, B. (2018). Operating Leases: an Analysis of the Economic Reasons and the Impact of Capitalization on Ibex 35 Companies. *Intangible Capital*, 14(3), 445–483. <https://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- PWC. (2016). IFRS 16 : The Are you ready ? *Pwc, September*, 2.
- Ron van Kints, R. E. G. A., & Louis Spoor, L. L. (2019). Leases on balance, a level playing field? *Advances in Accounting*, 44(May 2018), 3–9. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2018.11.001>
- Sivarajah, U., Kamal, M. M., Irani, Z., & Weerakkody, V. (2017). Critical analysis of Big Data challenges and analytical methods. *Journal of Business Research*, 70, 263–286. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.08.001>
- Tranfield, D., Denyer, D., & Smart, P. (2003). Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review* Introduction: the need for an evidence- informed approach. *British Journal of Management*, 14, 207–222.
- Veveřková, A. (2019). IFRS 16 and its impacts on aviation industry. *Acta Universitatis Agriculturae et Silviculturae Mendelianae Brunensis*, 67(5), 1369–1377. <https://doi.org/10.11118/actaun201967051369>
- Zhang, S., & Liu, C. (2020). State ownership and the structuring of lease arrangements. *Journal of Corporate Finance*, 62(February), 101597. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2020.101597>